

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

ORGANIZAÇÃO PRÓPRIA
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

PM-MG

OFICIAL - CFO

- › Língua Portuguesa
- › Noções de Língua Inglesa
- › Raciocínio Lógico-Matemático
- › Direito Constitucional
- › Direito Penal
- › Direito Processual Penal
- › Direito Administrativo
- › Direito Civil e Direito Processual Civil
- › Legislação Extravagante e Direitos Humanos





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas.
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PM-MG

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

GABARITANDO 450 Questões Gabaritadas

OFICIAL - CFO

EDITAL DRH/CRS Nº 11/2026 (CFO/2027)

CÓD: OP-005ST-26
7901204401521

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Língua Inglesa.....	27
3. Raciocínio Lógico-Matemático.....	50
4. Direito Constitucional	60
5. Direito Penal	76
6. Direito Processual Penal	88
7. Direito Administrativo.....	100
8. Direito Civil e Direito Processual Civil	112
9. Legislação Extravagante e Direitos Humanos.....	128

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2022)

Assinale a frase em que ocorreu a troca indevida entre sob e sobre.

- (A) "Odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas ou republicanas" (Rui Barbosa).
- (B) "A história, na verdade, é pouco mais que um registro de crimes sobre as loucuras e as desgraças da humanidade" (Gibbon).
- (C) "Escreve as ofensas na areia e os benefícios sob o mármore" (Benjamin Franklin).
- (D) "A metafísica está no ar. Não podemos deixá-la senão deixá-la ali, pois estamos sob ela" (Clemenceau).
- (E) "Não há uma ideia nascida de um espírito humano que não tenha feito correr sangue sobre a terra" (Charles Maurras).

2. (2026)

Leia o texto para responder à questão:

A doçura do silêncio

A avó de Fabrício, Dona Elisa, refugiava-se, de tardezinha, na máquina de costura nos fundos de sua casa. Era um dos poucos momentos em que ficava absolutamente calada. Quando cozinava, ela conversava. Quando varria, cantava. Porém, quando costurava, emudecia completamente.

Dona Elisa fazia os seus próprios vestidos e os das filhas. Não se gastava dinheiro com roupa naquela época. O barulho da máquina de costura da avó tranquilizava Fabrício, sendo, para ele, o som mais terno da vida. Nem a chuva nas calhas se mostrava tão melodiosa. Nada se igualava à sinfonia da agulha cerzindo, em linha reta. A avó virava o tecido, desvirava, ajeitava, retomava. Parecia que não ia dar certo a operação, tamanhas as idas e vindas, mas ninguém notava depois onde estava a linha.

Fabrício gostava de se sentar embaixo da mesinha da máquina de costura, no espaço apertado entre os chinelos da avó, como um cachorro. Às vezes, ela fazia um carinho em seus cabelos e unia a imaginação de ambos por um breve momento.

O vestido descia da mesa à medida que o trabalho evoluía. Fechava as frestas de luz como uma cabana. Em seguida, ele subia de novo, trazendo a claridade. Fabrício então brincava de noite e dia, de claro e escuro. Como se a máquina de costura fosse também uma máquina do tempo. Ele permanecia eternidades naquele esconderijo, sem se mexer, atento aos sons.

A avó vestia a solidão do menino Fabrício, que repartia com ela o que há de mais precioso numa amizade: o silêncio. A doçura do silêncio.

(Fabrício Carpinejar. *Família é tudo: nossos filhos, nossos pais, nossos avós, nossa vida*. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020. Adaptado)

Assinale a alternativa em que a palavra destacada atribui uma qualidade à palavra anterior.

- (A) ... refugiava-se, de tardezinha, na máquina de costura nos fundos de sua **casa**. (1º parágrafo)
- (B) Porém, quando costurava, emudecia **completamente**. (1º parágrafo)
- (C) Nada se igualava à sinfonia da agulha **cerzindo**... (2º parágrafo)
- (D) Nada se igualava à sinfonia da agulha cerzindo, em linha **reta**. (2º parágrafo)
- (E) ... repartia com **ela** o que há de mais precioso numa amizade ... (5º parágrafo)

3. (2025)

Aniversário de amizade

As pessoas comemoram aniversários de namoro e de casamento e jamais lembram os marcos das amizades. A amizade repousa num tempo indefinido e vago, sem festa, sem torta e sem parabéns. É uma omissão injusta.^(a) Favorecemos as amarras do romance e descuidamos dos laços da fraternidade.

Ninguém festeja a data em que se conheceu um amigo muito especial. Fabrício percebeu a lacuna quando Eduardo, seu amigo que morava em São Paulo, lembrou-lhe de que em 15 de agosto completariam 20 anos de amizade.^(b) Combinaram de jantar nesse dia.^(c) para comemorar as bodas de porcelana da amizade.

Amigo é algo tão sério que deveríamos pedir o ombro da pessoa para os seus pais. Se pedimos a mão da mulher em casamento, o ideal seria solicitar o ombro.^(d) leal e fiel de nosso amigo com a mesma solenidade, olhando nos olhos dos pais dele e prometendo sinceridade e cuidado para a vida toda. Amigo é destino, amigo é vocação, é amor de anjo, é inocência de intenção.

Temos que frequentar a casa e a família, ir a enterros e nascimentos, suportar a intimidade das contradições e oferecer conselhos. Pelo jeito, Fabrício e Eduardo chegarão às bodas de ouro. Faltam ainda trinta anos, mas não tiveram nenhuma discussão.^(e) de relacionamento ao longo da cumplicidade de ambos.

(Fabrício Carpinejar. *Amizade é também amor*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o termo destacado na frase atribui uma característica à palavra anterior.

- (A) É uma omissão **injusta**.
- (B) ... completariam 20 **anos** de amizade.
- (C) ... Combinaram de jantar nesse **dia**.
- (D) ... o ideal seria **solicitar** o ombro...
- (E) ... não tiveram nenhuma **discussão**...



AMOSTRA

4. (2025)

Leia o texto a seguir para responder à questão.

Os franceses sabem restaurar, mas não construir. Com isso, quero dizer que eles têm a habilidade e o gosto para restaurar seus edifícios de uma era anterior, mas perderam, desde 1945, nos anos de sua maior prosperidade, a capacidade de construir algo novo que não seja medonho.

No entanto, não é da incapacidade dos arquitetos franceses modernos que desejo falar, embora a absoluta feiura do que eles criaram não seja totalmente irrelevante para o meu tema, como logo se verá.

O fato é que uma quantidade enorme de paredes e outras superfícies ao longo da estrada que leva a Paris está coberta de grafites ou pichações. Este é um fenômeno social – talvez antissocial – tanto de relativo interesse quanto de importância.

Há, obviamente, uma certa etiqueta para essa pichação, já que, quando a área de uma parede é exigida por um pichador, ela se torna sua propriedade, por assim dizer, com seu direito exclusivo de nela deixar sua marca.

Mas o que está por trás dessa epidemia de pichação? Infelizmente, nunca consegui conversar com um pichador: não vejo nenhum deles “trabalhando” e não conheço nenhum socialmente. Portanto, resta-me apenas conjecturar sobre seu estado de espírito – mas, mesmo que eu conseguisse falar com eles, não é certo que me diriam sua motivação, ou mesmo que a conhecessem por completo.

Numa sociedade em que tantos almejam ser “alguém”, ou seja, alguém que as pessoas conhecem ou que as afeta, e na qual o mero fato de se misturar à multidão representa uma humilhação, pichar é um meio pelo qual uma pessoa, de outra forma sem importância nela, pode impor algo de si a essa sociedade.

O eu deve se expressar, mesmo que não tenha nada a expressar. Mas não para por aí. Percebi que os pichadores desfiguram principalmente superfícies muito feias, em vez das bonitas. Tomo isso como uma evidência de uma faculdade subconsciente de discriminação estética por parte dos pichadores, embora admita que outras explicações sejam possíveis.

(Theodore Dalrymple, “A expressão da feiura”. Disponível em: <https://revistaeste.com/revista/edicao-280>. Adaptado.)

No trecho do 2º parágrafo “embora a **absoluta** feiura do que eles criaram não seja totalmente irrelevante”, o adjetivo em destaque veio antes do substantivo, acentuando a ideia de desvalorização.

A frase que apresenta um adjetivo empregado nessa posição, também acentuando uma ideia, é

- (A) ... a capacidade de construir **algo novo** que não seja medonho... (1º parágrafo)
- (B) Este é um **fenômeno social** – talvez antissocial – ... (3º parágrafo)
- (C) ... quando a área de uma parede é exigida por um pichador, ela se torna **sua propriedade**... (4º parágrafo)
- (D) ... na qual o **mero fato** de se misturar à multidão representa uma humilhação... (6º parágrafo)

5. (2024)

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no particípio.

A alternativa que mostra uma forma **INADEQUADA** de particípio é:

- (A) matar / matado e morto;
- (B) morrer / morrido e morto;
- (C) soltar / soltado e solto;
- (D) suspender / suspenso e suspenso;
- (E) romper / rompido e ruído.

6. (2024)

Leia o texto para responder à questão.

O descobridor das coisas

A gente vinha de mãos dadas, sem pressa de nada pela rua. Totoca vinha me ensinando a vida. E eu estava muito contente porque meu irmão mais velho estava me dando a mão e ensinando as coisas. Mas ensinando as coisas fora de casa. Porque em casa eu aprendia descobrindo sozinho e fazendo sozinho, fazia errado e fazendo errado acabava sempre tomando umas palmadas. Até bem pouco tempo ninguém me batia. Mas depois descobriram as coisas e vivem dizendo que eu era o cão, que eu era capeta, gato ruído de mau pelo. Não queria saber disso. Se não estivesse na rua eu começava a cantar. Cantar era bonito. Totoca sabia fazer outra coisa além de cantar, assobiar. Mas eu por mais que imitasse, não saía nada. Ele me animou dizendo que era assim mesmo, que eu ainda não tinha boca de soprador. Mas como eu não podia cantar por fora, fui cantando por dentro. Aquilo era esquisito, mas se tornava muito gostoso. E eu estava me lembrando de uma música que Mamãe cantava quando eu era bem pequenininho. Ela ficava no tanque, com um pano amarrado na cabeça para tapar o sol. Tinha um avental amarrado na barriga e ficava horas e horas, metendo a mão na água, fazendo sabão virar muita espuma. Depois torcia a roupa e ia até a corda. Prendia tudo na corda e suspendia o bambu. Ela fazia igualzinho com todas as roupas. Estava lavando a roupa da casa do Dr. Faulhaber para ajudar nas despesas da casa. Mamãe era alta, magra, mas muito bonita. Tinha

uma cor bem queimada e os cabelos pretos e lisos. Quando ela deixava os cabelos sem prender, davam até na cintura. Mas bonito era quando ela cantava e eu ficava junto aprendendo.

(José Mauro de Vasconcelos. O meu pé de laranja lima, 1975. Adaptado)

Na perspectiva de tempo presente, a passagem – Se não estivesse na rua eu começava a cantar. –, assume a seguinte forma:

- (A) Se não tivesse estado na rua eu começava a cantar.
- (B) Se não tenho estado na rua eu começara a cantar.
- (C) Se não estou na rua eu começo a cantar.
- (D) Se não estiver na rua eu começaria a cantar.
- (E) Se não estarei na rua eu começarei a cantar.

7. (2021)

Texto 2

“De repente, um índio jovem, neto do tuxaua Senembi, o Camaleão, que integrava a expedição de Carrasco, se aproxima de um dos cativos (que estava preso pela muçurana), bate nele

NOÇÕES DE LÍNGUA INGLESA

1. (2026)

Leia o texto a seguir para responder a questão:

Brian Tomlinson and Hitomi Masuhara, The Complete Guide to the Theory and Practice of Materials Development for Language Learning

Whenever we look for resources on materials development, it is difficult to find books which bring together theory and practice in an organic manner. This book does precisely that; it provides the practicality of materials development guides and the academic rigour of reports and research studies published in the field.

Tomlinson and Masuhara's book has three specific aims. First is to help teachers, researchers and students to know, understand and be constructively critical of what has been achieved to date; secondly to help them develop, adapt, use, review and research materials on their own. Finally, while talking most particularly to teachers, the authors highlight that they want the strong opinions and approaches presented in the book to inspire readers to think independently and to develop and apply innovative approaches on their own.

These three aims seem to be very ambitious and that is the feeling you get when you read through the chapters. The book includes everything related to the theory and practice in materials development to date, and advocates that theory must inform practice and vice versa. Each of the fifteen chapters ends with a section which includes recommendations for teachers followed by a 'What do you think?' section to encourage them to reflect on their own contexts and teaching experience in them.

Although at times the book seems overwhelming as it attempts to provide everything about materials in language learning, it successfully realizes its aim to address a wide audience from publishers, researchers to teachers.

(<https://www.fortell.org>. acessado em 02.10.2025. Adaptado)

According to the second paragraph, the authors of the book wish that, as far as teaching materials are concerned, the teacher-readers of the book become more

- (A) flexible teachers and textbook users.
- (B) knowledgeable in their specific teaching subjects.
- (C) aware of their own teaching practices.
- (D) autonomous textbook users.
- (E) creative book producers.

2. (2026)

Text II

They were nearly born on a bus, Estha and Rahel. The car in which Babà, their father, was taking Ammu, their mother, to hospital in Shillong to have them, broke down on the winding tea-estate road in Assam. They abandoned the car and flagged down a crowded State Transport bus. With the queer compassion of the very poor for the comparatively well off, or perhaps only because they saw how hugely pregnant Ammu was, seated passengers made room for the couple, and for the rest of the journey Estha and Rahel's father had to hold their mother's stomach (with them in it) to prevent it from wobbling. That was before they were divorced and Ammu came back to live in Kerala.

According to Estha, if they'd been born on the bus, they'd have got free bus rides for the rest of their lives. It wasn't clear where he'd got this information from, or how he knew these things, but for years the twins harbored a faint resentment against their parents for having diddled them out of a lifetime of free bus rides.

From: <https://www.penguinrandomhouse.ca/books/158400/the-god-of-small-things-by-arundhati-roy/9780735273283/excerpt>

In the end of the text, it is clear the twins:

- (A) were happy to get free bus rides.
- (B) had decided to obey their parents.
- (C) held a quiet grudge against their parents.
- (D) were not aware their mother was pregnant.
- (E) helped their mother on the bus ride to the hospital.



AMOSTRA

3. (2026)

Leia a tirinha da cartunista Nina Paley para responder a questão



(<https://mimiandeunice.com>)

O humor da tirinha reside, sobretudo,

- (A) no fato de o personagem de orelhas levantadas reagir de forma extremamente dramática, confirmando a acusação de que ele costuma exagerar.
- (B) no fato de o personagem de orelhas levantadas admitir explicitamente que costuma exagerar para conseguir o que quer.
- (C) na dificuldade do personagem de orelhas caídas em compreender o significado literal das palavras usadas pelo personagem de orelhas levantadas.
- (D) na comparação exagerada entre um comentário simples e uma situação de violência física feita pelo personagem de orelhas caídas.
- (E) na forma educada de pedir desculpas adotada pelo personagem de orelhas caídas no terceiro quadrinho.

4. (2025)

As one of the oldest and most influential foreign language pedagogical journals, The Modern Language Journal (MLJ) offers valuable insights into how technological advances have affected language teaching and learning at various points in history. The present article will review the proposed pedagogical use of technological resources by means of a critical analysis of articles published in the MLJ since its first edition in 1916. The assessment of how previous technical capabilities have been implemented for pedagogical purposes represents a necessary background for the assessment of the pedagogical potential of present-day technologies. In this article I argue that, whereas most “new technologies” (radio, television, VCR, computers) may have been revolutionary in the overall context of human interaction, it is not clear that they have achieved equal degrees of pedagogical benefit in the realm of second language teaching. I further claim that the pedagogical effectiveness of different technologies is related to four major questions: (a) Is increased technological sophistication correlated to increased pedagogical effectiveness? (b) Which technical attributes specific to new technologies can be profitably exploited for pedagogical purposes? (c) How can new technologies be successfully integrated into the curriculum? and (d) Do new technologies provide for an efficient use of human and material resources?

(Salaberry, M. Researchgate.net. Adaptado)

O autor do texto argumenta que

- (A) embora inovadoras em termos de relações humanas, tecnologias não parecem ter se adequado ao ensino de línguas.
- (B) de maneiras diferentes, recursos tecnológicos sempre estiveram presentes no ensino de língua estrangeira.
- (C) tecnologias têm sido de grande importância tanto na interação entre humanos, quanto na educação.
- (D) apesar de sua sofisticação, não há como afirmar que a tecnologia esteja relacionada à eficiência pedagógica no ensino de línguas.
- (E) embora esteja cada vez mais sofisticada, a tecnologia ainda não se adequa ao aprendizado de línguas adicionais.

5. (2025)

CLIL (Content and Language Integrated Learning) is an approach which is neither language learning nor subject learning, but an amalgam of both and is linked to the processes of convergence – the fusion of elements which may have been previously fragmented, such as subjects in the curriculum. This is where CLIL is groundbreaking.

To give a parallel example common in recent times, we can take studies on the environment. A seminal publication on the subject in the 1960s later led to a need to educate young people in schools so as to both inform and, perhaps more crucially, influence behavior. Topics relating to the environment could already be found in chemistry, economics, geography, physics, and even psychology. Yet, as climate change became increasingly worrying, education responded with the introduction of a new subject: “Environmental studies”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

1. (2026)

Certa quantidade de água é suficiente para que 4 cães a bebam por 2 dias, todos bebendo a mesma quantidade diária de água. Então, supondo que uma mesma quantidade de água seja bebida por apenas 1 cão, que bebe a mesma quantidade diária de água dos cães da situação anterior, tal quantidade de água será suficiente para

- (A) 6 dias.
- (B) 4 dias.
- (C) 5 dias.
- (D) 7 dias.
- (E) 8 dias.

2. (2026)

Um taxista calculou que seus gastos com combustível, desgaste e manutenção do veículo somam, em média, R\$ 0,70 por quilômetro rodado. Sabendo que ele percorre aproximadamente 4.000 quilômetros por mês, o custo mensal estimado é de:

- (A) R\$ 5.700,00.
- (B) R\$ 28.000,00.
- (C) R\$ 280,00.
- (D) R\$ 570,00.
- (E) R\$ 2.800,00.

3. (2024)

Duas impressoras, A e B, trabalhando juntas e sem interrupções, imprimiram um lote de 10 000 folhetos em 40 minutos. Sabendo que a impressora A imprime 5 folhetos em 2 segundos, então, ao término da impressão desse lote, a diferença entre o número de folhetos impressos por essas duas impressoras foi

- (A) 2 000.
- (B) 3 000.
- (C) 4 000.
- (D) 5 000.
- (E) 6 000.

4. (2023)

Uma reportagem publicada em 23.03.2023, em um jornal eletrônico, informa que, após 10 anos da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como a PEC das domésticas, para cada trabalhador doméstico com carteira assinada, em janeiro de 2023, três trabalhadores domésticos não tinham carteira assinada.

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/03/dez-anos-apos-pec-das-domesticas-3-em-cada-4-delas-trabalham-sem-carteira-assinada.shtml>. Acessado em 07.05.2023)

Sabendo que, segundo a reportagem, 4,4 milhões de trabalhadores domésticos estavam, em janeiro de 2023, na informalidade, ou seja, não trabalhavam com carteira assinada, é correto afirmar que, naquele mês, a estimativa total de trabalhadores domésticos era um número entre

- (A) 5,7 milhões e 5,8 milhões.
- (B) 5,8 milhões e 5,9 milhões.
- (C) 5,9 milhões e 6,0 milhões.
- (D) 6,0 milhões e 6,1 milhões.
- (E) 6,1 milhões e 6,2 milhões.

5. (2023)

Uma professora tem determinada quantidade de provas para corrigir. Se ela corrigir 20 provas por hora, serão necessárias x horas para corrigir todas as provas. Entretanto, se ela corrigir 30 provas por hora, o número de horas necessárias para corrigir todas as provas será reduzido em 4 horas. Nessas condições, conclui-se, corretamente, que o número total de provas a serem corrigidas é igual a

- (A) 120.
- (B) 150.
- (C) 180.
- (D) 210.
- (E) 240.

6. (2022)

Um aluno deu determinado número de voltas completas ao redor de uma quadra, levando sempre 1 minuto e 5 segundos em cada volta. Ao dar determinado número de voltas completas, mantendo sempre esse mesmo tempo em cada volta, ele levou 14 minutos e 5 segundos e percorreu, no total, 1,04 km. A distância percorrida por esse aluno em cada volta completa era de

- (A) 80 m.
- (B) 78 m.
- (C) 75 m.
- (D) 72 m.
- (E) 70 m.

7. (2021)

Texto 1A3-I

Aldo, produtor de uvas, dispõe de 10 trabalhadores para realizar a colheita do seu plantio. Na época adequada, para acelerar o processo de colheita, Aldo contratou mais 5 trabalhadores, que se juntaram aos 10 já existentes.

Tendo como base o **texto 1A3-I**, suponha que com os 10 trabalhadores originais a colheita seria realizada em 6 dias e que os 5 novos trabalhadores trabalham com a mesma eficiência dos 10 originais. Nessa situação, com as novas contratações, a colheita será realizada em



AMOSTRA

- (A) 1 dia.
- (B) 2 dias.
- (C) 3 dias.
- (D) 4 dias.
- (E) 5 dias.

8. (2025)

Um trabalhador, que realizaria a tarefa de construção de um muro em 15 dias, demorou 6 dias a mais por trabalhar duas horas a menos por dia. O número médio de horas trabalhadas por dia por esse trabalhador na construção do muro foi igual a

- (A) 5.
- (B) 5,5.
- (C) 6.
- (D) 6,5.
- (E) 7.

9. (2024)

Átila fez 30% de uma tarefa trabalhando 4 horas por dia durante 3 dias.

Se trabalhar, com a mesma eficiência, 8 horas por dia durante 2 dias, a porcentagem da tarefa que Átila fará será igual a

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 40%.

10. (2024)

Um reservatório de água possui quatro válvulas com mesma capacidade de escoamento. Foram gastas 8 horas e 32 minutos para escoar $\frac{2}{7}$ da capacidade total do $\frac{7}{8}$ reservatório, utilizando-se apenas duas das válvulas de escoamento. Para escoar a água correspondente a $\frac{1}{2}$ da capacidade total do reservatório, utilizando-se as quatro válvulas de escoamento, será gasto um tempo de

- (A) 12 horas e 13 minutos.
- (B) 12 horas e 34 minutos.
- (C) 12 horas e 58 minutos.
- (D) 13 horas e 4 minutos.
- (E) 13 horas e 11 minutos.

11. (2023)

Com 15 kg de ração alimentam-se 3 cães, de mesmo porte, por 5 dias.

A quantidade de ração, em kg, necessária para alimentar 7 cães, desse mesmo porte, por 12 dias é

- (A) 28.
- (B) 36.
- (C) 45.
- (D) 60.
- (E) 84.

12. (2022)

Um criador de aves possui 80 galinhas em seu galinheiro e tem ração suficiente para 30 dias de alimentação. Após 10 dias de alimentação o criador vende 30 galinhas.

A quantidade de ração restante é suficiente para alimentar as galinhas restantes por mais

- (A) 32 dias.
- (B) 36 dias.
- (C) 42 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 48 dias.

13. (2026)

O país P, que faz parte da região R, tinha um PIB que correspondia a 40% do PIB da região R. Em determinado período, o PIB do país P cresceu 25% enquanto os PIBs dos demais países que compõem a região R se mantiveram constantes.

Sendo assim, o novo PIB do país P, em relação ao novo PIB da região R, passou a estar entre:

- (A) 45% e 46%.
- (B) 44% e 45%.
- (C) 46% e 47%.
- (D) 43% e 44%.
- (E) 47% e 48%.

14. (2025)

Sabe-se que o preço de um produto na loja A é o triplo do preço do mesmo produto na loja B. O lojista da loja A aplicou um desconto de x% no preço desse produto, o lojista da loja B aplicou um aumento também de x% no preço desse produto, e, após esses reajustes, o novo preço da loja A passou a ser o dobro do novo preço da loja B.

Com essas informações, é **correto** afirmar que o valor de x é

- (A) 25.
- (B) 10.
- (C) 30.
- (D) 15.
- (E) 20.

15. (2025)

Joana gasta 40% do seu salário em moradia. Do que sobra, ela gasta 40% em alimentação. O restante do seu salário ela usa para "outras despesas". A porcentagem do salário de Joana que ela usa para "outras despesas" é:

- (A) 20%.
- (B) 24%.
- (C) 30%.
- (D) 36%.
- (E) 40%.

16. (2024)

Laura recebeu certa quantia. Gastou 40% dela e, do restante, depositou 30% na poupança.

Após essas operações, em relação à quantia recebida, Laura ficou ainda com:

- (A) 30%;
- (B) 36%;
- (C) 42%;
- (D) 48%;
- (E) 52%.



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Ao fim de um processo revolucionário e com amplo apoio popular, foi promulgada a Constituição do País Alfa. Apesar de se tratar de texto extremamente avançado, ele se mostrou incompatível com os contornos da sociedade em que deveria projetar a sua força normativa e as exigências do processo político, passando a ser visto, pouco a pouco, como um verdadeiro corpo estranho na ordem jurídica de Alfa. A referida Constituição deve ser classificada como

- (A) nominal.
- (B) cesarista.
- (C) normativa.
- (D) outorgada.
- (E) dogmática.

2. (2026)

Em determinada ação judicial, discute-se se o particular pode exigir diretamente do Estado a observância de direito fundamental previsto no texto constitucional, na ausência de lei regulamentadora. O Estado sustenta que a ausência de regulamentação impede a exigibilidade do direito, ao passo que o particular alega que o direito pode ser exercido independentemente de regulamentação.

Nessa situação hipotética, de acordo com a CF,

- (A) a tese alegada pelo particular está correta, pois as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, sendo inaplicável o argumento de ausência de regulamentação para impedir seu exercício.
- (B) a tese sustentada pelo Estado está correta, pois a aplicação imediata dos direitos fundamentais depende de expressa dispensa de regulamentação pelo constituinte originário em cada caso.
- (C) ambas as teses são incorretas, pois a exigibilidade dos direitos fundamentais na ausência de regulamentação depende de reconhecimento pelo STF em cada caso concreto.
- (D) ambas as teses são parcialmente corretas: a ausência de regulamentação impede o exercício de direitos fundamentais de natureza coletiva, mas não o dos de natureza individual.

(E) a tese sustentada pelo Estado está correta caso se trate de norma constitucional de eficácia limitada, categoria que abrange todos os direitos e garantias fundamentais constitucionalmente previstos.

3. (2024)

No âmbito da chamada reforma tributária, a Constituição Federal foi emendada para prever a criação de um Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, cabendo à lei complementar, entre outros assuntos, dispor sobre a forma como os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Comitê. Nesse contexto, é **correto** afirmar que, se não proposta a lei complementar prevista na Constituição:

- (A) poderá ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal Ação Direta de Inconstitucionalidade em razão da omissão perante norma constitucional de eficácia limitada de princípio institutivo e de caráter impositivo.
- (B) os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão arbitrar entre si, mediante convênio, acerca da participação no referido Comitê, ainda que em violação aos princípios estabelecidos no texto constitucional.
- (C) não poderá ser exercido o direito de representação dos entes subnacionais no referido Comitê, por se tratar de norma constitucional de eficácia plena, a qual prevê expressamente para sua eficácia a necessidade de regulamentação.
- (D) caberá ao Poder Judiciário suprir a lacuna do legislador, aprovando, mediante resolução do Conselho Nacional de Justiça, norma com o conteúdo mínimo necessário para a eficácia da norma constitucional, a qual poderá ser modificada por lei posterior.
- (E) deverá ser proposto pelo Procurador Geral de Justiça o devido mandado de injunção perante o Superior Tribunal de Justiça, contra a União Federal, em razão da sua omissão no exercício do poder de iniciativa legal.



AMOSTRA

4. (2023)

A respeito dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A dimensão objetiva dos direitos fundamentais está ligada ao reconhecimento de que tais direitos implicam deveres de proteção do Estado.
- (B) Atualmente a doutrina majoritária constitucionalista rechaça a ideia de que os direitos fundamentais apresentam uma dimensão subjetiva.
- (C) A Constituição Federal previu expressamente que os animais são titulares de direitos fundamentais de primeira geração.
- (D) Não dá qualquer distinção entre direitos fundamentais em sentido formal e direitos fundamentais em sentido material.
- (E) Todos os direitos fundamentais estão alocados no rol do art. 5º da Constituição Federal ou em Tratados sobre direitos humanos aprovados seguindo o procedimento de emenda constitucional.

5. (2021)

O princípio do não retrocesso social se identifica com a ideia de

- (A) inconstitucionalidade formal de medidas provisórias que visem à redução de direitos sociais.
- (B) redução do Estado Capitalista e crescimento do Estado Social.
- (C) concretização da dimensão positiva aos direitos sociais.
- (D) um direito constitucional de resistência.
- (E) uma desarrazoabilidade legislativa em seu sentido formal.

6. (2026)

Durante uma ação de fiscalização ambiental, agentes públicos vinculados a órgão estadual de proteção ambiental ingressaram em uma residência particular, no período noturno, sem consentimento do morador e sem ordem judicial, com o objetivo de apurar denúncia anônima sobre suposta prática de infração ambiental grave. Não havia flagrante delito, desastre ou necessidade de prestar socorro. Nessa situação hipotética, conforme os direitos e as garantias fundamentais previstos na CF, o ingresso dos agentes públicos na residência particular

(A) não viola a CF, desde que os agentes tenham registrado posteriormente a ocorrência em relatório técnico de fiscalização ambiental.

(B) está de acordo com a CF, pois o exercício do poder de polícia ambiental autoriza a restrição de direitos fundamentais independentemente de ordem judicial.

(C) é admitido pela CF, desde que tenha ocorrido no interesse da fiscalização ambiental e com fundamento em denúncia anônima.

(D) está em desacordo com a CF, pois a inviolabilidade do domicílio somente admite as exceções expressamente previstas no texto constitucional.

(E) é compatível com a CF, pois agentes ambientais podem adotar medidas coercitivas diretas sempre que houver interesse coletivo relevante.

7. (2026)

Após a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, com a inserção do § 3º no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, muito se discutiu acerca do status normativo que deveria ser atribuído aos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos já incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro em data anterior ao advento da reforma constitucional referida. Acerca do tema, e de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção **correta**.

(A) Diante da impossibilidade de adoção do rito constitucionalmente exigido para a aprovação de emendas constitucionais, os Tratados e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da EC nº 45/2004 possuem status de lei ordinária.

(B) Diante da ausência de previsão constitucional expressa em relação à matéria, em razão dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no plano internacional, os Tratados e as Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional antes da EC nº 45/2004 possuem status de norma supraconstitucional.

DIREITO PENAL

1. (VUNESP - 2026)

A Constituição Federal brasileira de 1988 traz diversos princípios explícitos e implícitos. O princípio explícito da Administração Pública mais recentemente introduzido à Carta Magna diz respeito ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) moralidade.
- (E) eficiência.

2. (2023)

Uma prefeitura brasileira resolveu desenvolver campanha publicitária sobre seu novo programa de fiscalização de posturas, visando informar e conscientizar os cidadãos com relação a dispositivos legais que vêm sendo desrespeitados com muita frequência. Tal campanha deverá

- (A) limitar-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- (B) informar os nomes dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização.
- (C) enaltecer a figura do chefe do executivo, como estratégia motivacional.
- (D) divulgar os nomes das autoridades responsáveis pela implementação da campanha.
- (E) evitar antecipar informação de que haverá ação fiscalizatória, para garantir o fator surpresa.

3. (2023)

Um dos princípios constitucionais explícitos da Administração Pública brasileira está relacionado com a ideia de que a administração deve agir com rapidez e eficácia, buscando sempre alcançar os melhores resultados. Esse princípio é o da

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

4. (2023)

O princípio da Administração Pública conhecido com a impessoalidade é aquele que

- (A) exige a previsão legal anteriormente à sua prática, nela se justificando.
- (B) defende que os atos da Administração sejam todos realizados com pessoa jurídica.
- (C) defende que todos os atos sejam publicizados para garantia de sua regularidade.
- (D) exige postura neutra, com discriminações justificadas somente pelo interesse público.
- (E) se realiza em prol de um grupo de pessoas e não somente à pessoa determinada.

5. (2022)

A Administração Pública direta ou indireta deve obedecer aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com relação ao princípio da legalidade, é correto afirmar que

- (A) todos devem ser tratados de forma igualitária e respeitando o que a lei prevê.
- (B) os agentes públicos devem atuar em conformidade com os princípios éticos estabelecidos por lei.
- (C) todos os atos administrativos praticados por um servidor durante o desempenho das atividades deverão seguir fielmente os meandros da lei.
- (D) o administrador deve exercer uma gestão produtiva, buscando as melhores alternativas, pautadas na lei, para resolução das situações.
- (E) os atos públicos devem prezar pela transparência e serem veiculados para a sociedade, salvo os casos previstos em lei.

6. (2022)

Correlacione os vícios do ato administrativo listados a seguir às respectivas situações concretas propostas.

- 1- vício de competência
- 2- vício de objeto
- 3- vício de forma
- 4- vício de finalidade



AMOSTRA

() remoção de ofício de servidor público por necessidade do serviço, em que se comprova que a razão real da remoção foi puni-lo por discordâncias com a chefia.

() ato veiculado sem motivação quando a lei exigia que o ato fosse motivado.

() concessão errônea a um servidor público de uma gratificação não prevista em lei.

() servidor público de nível médio que assina auto de infração reservado por lei a fiscais de nível superior.

Assinale a opção que indica a relação **correta**, segundo a ordem apresentada.

(A) 1, 2, 3 e 4.

(B) 2, 1, 4 e 3.

(C) 3, 4, 1 e 2.

(D) 4, 2, 3 e 1.

(E) 4, 3, 2 e 1.

7. (2021)

O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

(A) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

(B) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.

(C) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.

(D) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.

(E) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

8. (2026)

Um órgão previdenciário de uma determinada Prefeitura Municipal resolve criar uma nova divisão interna dedicada exclusivamente ao atendimento digital dos segurados. Essa divisão passa a executar atividades específicas, com equipe própria, subordinada à diretoria.

Esse tipo de estrutura descrita caracteriza

(A) um órgão colegiado.

(B) uma entidade autárquica.

(C) uma unidade administrativa integrante da organização direta.

(D) uma fundação pública.

(E) uma empresa pública.

9. (2024)

O *Estado Delta* pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é **correto** afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

(A) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(B) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(C) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(D) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(E) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

10. (2022)

Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

I. Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, **respectivamente**:

(A) empresa pública e fundação pública;

(B) fundação privada e autarquia;

(C) sociedade de economia mista e autarquia;

(D) sociedade de economia mista e empresa pública;

(E) empresa pública e autarquia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2025)

De acordo com o previsto no Código de Processo Penal, nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado:

- I. de ofício.
- II. mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- III. a requerimento do ofendido.
- IV. a requerimento de quem tiver qualidade para representar o ofendido.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

2. (2024)

De acordo com o art. 17 do CPP, a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito,

- (A) salvo se a prova produzida demonstrar que o acusado é inimputável.
- (B) salvo se a prova produzida demonstrar que o fato foi praticado em legítima defesa.
- (C) salvo se a prova produzida demonstrar que o fato foi praticado em estado de necessidade.
- (D) em nenhuma hipótese.

3. (2024)

João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- (A) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- (B) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- (C) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;

(D) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;

(E) de ofício pela autoridade policial.

4. (2023)

Flávia foi acompanhada por você, na qualidade de advogado(a), à presença da Autoridade Policial, para noticiar a prática dos crimes de apropriação indébita e fraude processual supostamente praticados por seu ex-marido, descrevendo a prática do crime, fornecendo os dados qualificativos completos do suposto autor do fato, apresentando rol de testemunhas e anexando documentação pertinente à materialidade delitiva e de indícios de autoria.

O Delegado de Polícia Civil, após cinco dias da confecção do registro da ocorrência, sem que tenha sido praticado nenhum ato para a verificação da procedência das informações, despachou nos autos do Inquérito Policial pelo indeferimento da instauração do Inquérito Policial e determinou a suspensão do procedimento.

Nesse caso, você deve

- (A) requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- (B) requerer a remessa dos autos ao Juízo para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.
- (C) apresentar recurso para a Chefia de Polícia para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.
- (D) apresentar recurso ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.

5. (2022)

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:



AMOSTRA

- (A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;
- (B) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;
- (C) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;
- (D) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;
- (E) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

6. (2022)

São critérios utilizados para distribuição de atribuições da polícia judiciária entre as diversas autoridades policiais:

- (A) territorial e funcional;
- (B) funcional e material;
- (C) territorial e temporal;
- (D) funcional e temporal;
- (E) territorial e material.

7. (2022)

A autoridade policial instaurou inquérito para apurar a prática do crime de roubo, cujo julgamento é de competência da justiça comum estadual. Ainda durante as investigações, representou à autoridade judicial pela prisão preventiva do suspeito, a qual foi prontamente deferida e em seguida executada. Nessa situação hipotética, segundo o Código de Processo Penal, o prazo para conclusão do inquérito, em regra, será de

- (A) 15 dias, contados a partir da data da instauração do inquérito.
- (B) 10 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.
- (C) 15 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.
- (D) 10 dias, contados a partir da data da instauração do inquérito.
- (E) 30 dias, contados a partir da data da efetivação da prisão.

8. (2022)

Acerca do inquérito policial no processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível a dedução de ação penal sem que haja, antes, a instauração de inquérito policial, dada a sua obrigatoriedade, para conferir justa causa à acusação.
- (B) Embora não seja possível falar na incidência do contraditório, em sua plenitude, é cabível o exercício de defesa no inquérito, com direito de acesso aos atos já documentados.
- (C) A instauração de inquérito policial, em qualquer tipo de crime, pode ser feita de ofício, pela autoridade, sem necessidade de autorização ou requerimento da vítima.
- (D) Os atos investigatórios são de competência exclusiva da autoridade policial, sendo praticados sob sua presidência, no curso do inquérito, não tendo o Ministério Público qualquer ingerência sobre eles ou poder investigatório autônomo.
- (E) O inquérito policial pode ser arquivado pela autoridade policial, administrativamente, quando patente a atipicidade do fato.

9. (2022)

Durante o inquérito policial, Bernardo, advogado de Júlia, indiciada pela suposta prática do crime de roubo, foi impedido pelo delegado de polícia de ter acesso às provas já produzidas e documentadas nos autos do inquérito.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

- (A) agiu bem o delegado, porque o inquérito é sigiloso.
- (B) agiu mal o delegado. De acordo com enunciado de súmula vinculante, o delegado de polícia é obrigado a permitir o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito ao advogado. Contudo, o delegado pode deixar de exibir diligência em curso ainda não documentada.
- (C) agiu bem o delegado, visto que somente Júlia poderia ter acesso aos autos do inquérito, inclusive aos elementos decorrentes de diligências em curso, ainda não documentadas.
- (D) cabe à autoridade policial decidir fundamentadamente se permitirá ao advogado o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito. Portanto, agiu bem o delegado de polícia.
- (E) agiu mal o delegado, visto que ao advogado é sempre permitido o acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito e a todos os elementos decorrentes de diligências em curso, ainda que não documentadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (VUNESP - 2026)

A Constituição Federal brasileira de 1988 traz diversos princípios explícitos e implícitos. O princípio explícito da Administração Pública mais recentemente introduzido à Carta Magna diz respeito ao princípio da

- (A) publicidade.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) moralidade.
- (E) eficiência.

2. (2023)

Uma prefeitura brasileira resolveu desenvolver campanha publicitária sobre seu novo programa de fiscalização de posturas, visando informar e conscientizar os cidadãos com relação a dispositivos legais que vêm sendo desrespeitados com muita frequência. Tal campanha deverá

- (A) limitar-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- (B) informar os nomes dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização.
- (C) enaltecer a figura do chefe do executivo, como estratégia motivacional.
- (D) divulgar os nomes das autoridades responsáveis pela implementação da campanha.
- (E) evitar antecipar informação de que haverá ação fiscalizatória, para garantir o fator surpresa.

3. (2023)

Um dos princípios constitucionais explícitos da Administração Pública brasileira está relacionado com a ideia de que a administração deve agir com rapidez e eficácia, buscando sempre alcançar os melhores resultados. Esse princípio é o da

- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

4. (2023)

O princípio da Administração Pública conhecido com a impessoalidade é aquele que

- (A) exige a previsão legal anteriormente à sua prática, nela se justificando.
- (B) defende que os atos da Administração sejam todos realizados com pessoa jurídica.
- (C) defende que todos os atos sejam publicizados para garantia de sua regularidade.
- (D) exige postura neutra, com discriminações justificadas somente pelo interesse público.
- (E) se realiza em prol de um grupo de pessoas e não somente à pessoa determinada.

5. (2022)

A Administração Pública direta ou indireta deve obedecer aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com relação ao princípio da legalidade, é correto afirmar que

- (A) todos devem ser tratados de forma igualitária e respeitando o que a lei prevê.
- (B) os agentes públicos devem atuar em conformidade com os princípios éticos estabelecidos por lei.
- (C) todos os atos administrativos praticados por um servidor durante o desempenho das atividades deverão seguir fielmente os meandros da lei.
- (D) o administrador deve exercer uma gestão produtiva, buscando as melhores alternativas, pautadas na lei, para resolução das situações.
- (E) os atos públicos devem prezar pela transparência e serem veiculados para a sociedade, salvo os casos previstos em lei.

6. (2022)

Correlacione os vícios do ato administrativo listados a seguir às respectivas situações concretas propostas.

- 1- vício de competência
- 2- vício de objeto
- 3- vício de forma
- 4- vício de finalidade



AMOSTRA

() remoção de ofício de servidor público por necessidade do serviço, em que se comprova que a razão real da remoção foi puni-lo por discordâncias com a chefia.

() ato veiculado sem motivação quando a lei exigia que o ato fosse motivado.

() concessão errônea a um servidor público de uma gratificação não prevista em lei.

() servidor público de nível médio que assina auto de infração reservado por lei a fiscais de nível superior.

Assinale a opção que indica a relação **correta**, segundo a ordem apresentada.

(A) 1, 2, 3 e 4.

(B) 2, 1, 4 e 3.

(C) 3, 4, 1 e 2.

(D) 4, 2, 3 e 1.

(E) 4, 3, 2 e 1.

7. (2021)

O ato administrativo divide-se em duas categorias, quais sejam, quanto ao conteúdo e quanto à forma de que se revestem. Em relação ao conteúdo, a aprovação é ato

(A) unilateral e discricionário, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.

(B) unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico.

(C) pelo qual os órgãos consultivos da Administração emitem opinião sobre assuntos de sua competência.

(D) unilateral e discricionário, precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração aprova a utilização privativa de bem público a um particular.

(E) pelo qual a Administração reconhece ao particular o direito a prestar um serviço público.

8. (2026)

Um órgão previdenciário de uma determinada Prefeitura Municipal resolve criar uma nova divisão interna dedicada exclusivamente ao atendimento digital dos segurados. Essa divisão passa a executar atividades específicas, com equipe própria, subordinada à diretoria.

Esse tipo de estrutura descrita caracteriza

(A) um órgão colegiado.

(B) uma entidade autárquica.

(C) uma unidade administrativa integrante da organização direta.

(D) uma fundação pública.

(E) uma empresa pública.

9. (2024)

O *Estado Delta* pretende criar uma sociedade de economia mista para realizar atividade econômica de relevante interesse coletivo, especialmente voltada para promover o incremento de novas tecnologias, além de outras atividades no respectivo setor, que atuará em regime de concorrência.

No âmbito da organização administrativa, é **correto** afirmar que essa entidade administrativa é uma pessoa jurídica de direito

(A) privado, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(B) público, criada diretamente pela lei, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(C) privado, que atua em colaboração com o Estado e não integra a Administração Pública, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

(D) público, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Direta, cujo regime jurídico de pessoal é o estatutário.

(E) privado, criada mediante autorização legislativa, integrante da Administração Indireta, cujo regime jurídico de pessoal é o celetista.

10. (2022)

Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

I. Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.

II. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, **respectivamente**:

(A) empresa pública e fundação pública;

(B) fundação privada e autarquia;

(C) sociedade de economia mista e autarquia;

(D) sociedade de economia mista e empresa pública;

(E) empresa pública e autarquia.

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2022)

A respeito da emancipação e das normas que estabelecem a aquisição da plena capacidade civil, considere as assertivas abaixo:

I. A emancipação feita em documento escrito e assinado por quem for detentor da guarda é válida, se o emancipado tiver entre 12 e 15 anos incompletos.

II. A emancipação feita por ambos os pais, ao filho com idade de 18 anos incompletos, exige instrumento público.

III. A emancipação feita por tutor em relação ao tutelado depende de decisão judicial.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

2. (2022)

O Código Civil, ao tratar da capacidade da pessoa, considera incapazes, relativamente a certos atos ou a maneira de os exercer, aqueles que, entre outros:

I. por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

II. são ébrios eventuais submetidos a tratamento e pródigos.

III. são maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

IV. são menores de dezesseis anos e os idosos, ainda que possam exprimir sua vontade.

Está correto o que consta **APENAS** em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II e IV.

3. (2026)

De acordo com as normativas sobre os direitos da personalidade no Código Civil,

(A) é sempre defesa a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(B) ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

(C) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

(D) em se tratando de morto ou de ausente, a parte legítima para requerer a proteção de sua imagem e honra é a Defensoria Pública.

(E) salvo as exceções previstas em lei, os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis.

4. (2022)

Uma determinada Clínica de Estética utilizou o apelido de uma famosa influenciadora digital em sua publicidade, sem autorização prévia. No conteúdo publicitário, constava a influenciadora como uma das principais clientes do estabelecimento. Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) No ordenamento jurídico brasileiro, apenas o nome goza de proteção, mas não o pseudônimo.

(B) O uso do apelido, sem autorização prévia, é válido, desde que atenda ao princípio da veracidade.

(C) A Clínica de Estética não deve ressarcir por qualquer dano, visto que se encontrava no exercício do seu direito de informar.

(D) Sem autorização, não se pode usar o nome de uma pessoa em propaganda comercial, sendo que a proteção alcança também o pseudônimo.

(E) Na situação narrada, não há dano pelo uso do apelido, pois a influenciadora digital é uma personalidade pública, não gozando de tutela jurídica.



AMOSTRA

5. (2024)

Foi decretada a falência do grupo econômico *XPTO* e o Administrador Judicial nomeado, exercendo seu múnus, ajuizou incidente de desconconsideração da personalidade jurídica após identificar inconsistências na contabilidade das falidas.

A respeito da desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A mera existência de grupo econômico enseja a desconconsideração da personalidade jurídica.
- (B) A mera identificação de inconsistências na contabilidade das falidas enseja a desconconsideração da personalidade jurídica.
- (C) A desconconsideração da personalidade jurídica é cabível quando não forem localizados ativos para pagamento dos credores.
- (D) A falência da empresa caracteriza, por si só, exercício abusivo e ilícito da atividade empresarial e dá ensejo à desconconsideração da personalidade jurídica.
- (E) A desconconsideração da personalidade jurídica poderá ser decretada caso fique caracterizada a ausência de separação de fato entre o patrimônio das sociedades e o de seus sócios.

6. (2024)

A desconconsideração inversa da personalidade jurídica da pessoa jurídica significa a extensão

- (A) recíproca das obrigações da sociedade e de seus sócios.
- (B) das obrigações de seus sócios ou administradores à pessoa jurídica.
- (C) das obrigações da pessoa jurídica a seus sócios ou administradores, quando fiadores ou avalistas dos débitos.
- (D) das obrigações da pessoa jurídica a seus sócios ou administradores, quando estes se comprometerem solidariamente pelos débitos daquela.
- (E) aos bens dos sócios ou administradores de pessoa jurídica, quando estes se beneficiarem diretamente pelo abuso de personalidade jurídica da sociedade.

7. (2022)

Uma sociedade empresária que estava sediada em território nacional no endereço X mudou sua sede e administração para o endereço Y, promovendo as devidas atualizações no registro civil. Três meses depois, mudou-se novamente, para o endereço Z, mas, neste último caso, deixou de registrar a nova alteração de endereço no serviço notarial competente.

Com referência a essa situação hipotética, sabendo-se que todos os endereços permaneceram na mesma unidade federativa, é **correto** afirmar que

- (A) apenas o endereço Y será considerado domicílio da pessoa jurídica.
- (B) tanto o endereço X quanto o endereço Y serão considerados domicílios da pessoa jurídica.
- (C) apenas o endereço Z será considerado domicílio da pessoa jurídica.
- (D) apenas o endereço X será considerado domicílio da pessoa jurídica.
- (E) tanto o endereço Y quanto o endereço Z serão considerados domicílios da pessoa jurídica.

8. (2026)

João é proprietário de uma fazenda onde existem diversas árvores frutíferas plantadas no solo. Durante a colheita, os frutos são retirados das árvores e armazenados para venda no mercado local.

Considerando a classificação dos bens no Código Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os frutos, enquanto ligados às árvores, são considerados bens imóveis.
- (B) As árvores são bens móveis, pois podem ser separadas do solo.
- (C) As árvores são bens móveis, pois possuem valor econômico próprio.
- (D) Os frutos, após serem colhidos, continuam sendo bens imóveis.
- (E) As árvores são consideradas bens consumíveis.

9. (2024)

Bernardo pretende viajar para uma cidade bastante turística do litoral brasileiro nas férias e, por isso, decidiu alugar, pela internet, um charmoso imóvel muito bem localizado no destino desejado, com jardim, quintal e uma bela vista. O anúncio da casa vinha acompanhado de diversas fotografias do local, demonstrando como o imóvel era atrativo. Assim, Bernardo prontamente aceitou os termos da locação e firmou o contrato com o proprietário do bem. A contratação não esclarecia, contudo, em nenhum momento, se todas as coisas que apareciam nas fotografias do imóvel estariam presentes na casa durante o período de locação para Bernardo.

Nesses termos, ao chegar ao imóvel durante suas férias, Bernardo pode descobrir que o proprietário retirou da casa, sem com isso descumprir a disciplina prevista pelo Código Civil Brasileiro para os bens jurídicos:



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE E DIREITOS HUMANOS

1. (2025)

A Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*) é um documento fundamental no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com o seu art. 4º, é **correto** afirmar que a esse grupo

- (A) assegura-se tratamento específico: às crianças são priorizados direitos referentes à alimentação; aos adolescentes, os direitos referentes à profissionalização.
- (B) dedica-se a primazia no recebimento de proteção e socorro, exceto quando na presença de idosos e de pessoas com deficiências.
- (C) assegura-se o recebimento de bolsa de estudos em instituições privadas de ensino, desde que comprovado um desempenho acadêmico condizente com os padrões fixados pela escola.
- (D) garante-se, com absoluta prioridade, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- (E) garante-se a proteção contra qualquer atentado por ação aos seus direitos fundamentais, permanecendo fora do escopo da lei os atentados por omissão.

2. (2024)

A Lei Federal no 8.069/1990, em seu artigo 6º, estabelece que na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como

- (A) menores incapazes.
- (B) futuro da nação.
- (C) alunos.
- (D) pessoas em desenvolvimento.
- (E) menores capazes.

3. (2026)

A violência contra crianças e adolescentes tem várias causas, atores e pode se apresentar em diversos cenários. Os sinais que demonstram essas ações podem ser indiretos, mas devem ser observados pelos profissionais da saúde.

Assinale a alternativa que apresenta situação em que se deve notificar o Conselho Tutelar.

- (A) Eduardo, 1 ano e 2 meses de idade, levado à emergência com irritabilidade intensa e sonolência intermitente. No exame de fundo de olho, identificam-se hemorragias retinianas.
- (B) Gabriel, 6 anos de idade, chega ao pronto-socorro com queimadura superficial de forma irregular, com marcas de respingos em antebraço direito. A mãe refere que o menino derramou acidentalmente água quente ao tentar alcançar uma caneca na cozinha.
- (C) Mariana, 9 anos de idade, apresenta otalgia há 5 dias. O exame físico revela hiperemia e edema de canal auditivo, compatível com uma otite externa.
- (D) Lucas, 12 anos de idade, é atendido na ortopedia com fratura de rádio distal após cair enquanto jogava futebol na escola. Mãe refere que os amigos disseram que a queda ocorreu ao tentar interceptar uma bola em movimento.
- (E) Ana Júlia, 8 anos de idade, apresenta febre, cefaleia intensa há 3 dias e lesões petequiais em membros superiores e inferiores. A mãe relata que a filha tem histórico vacinal atrasado e está mais sonolenta nos últimos dois dias.

4. (2025)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 18-A, a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em lesão ou sofrimento físico é denominada

- (A) grave ameaça.
- (B) ridicularização.
- (C) amedrontamento.
- (D) humilhação física.
- (E) castigo físico.



AMOSTRA

5. (2023)

A Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no seu artigo 16, incisos IV e V, determina que, entre outros aspectos, o direito à liberdade compreende

- (A) ao adolescente a partir de 12 (doze) anos o direito de viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais sem expressa autorização judicial; e ir e vir.
- (B) brincar, praticar esportes e divertir-se; além de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- (C) estudar gratuitamente em qualquer escola do sistema municipal de ensino; e, emitir sua opinião, ainda que haja tentativa de intimidação.
- (D) crença, culto religioso; e trabalhar como aprendiz, de acordo com a orientação, determinação e preceitos da família.
- (E) buscar orientação e auxílio; atendimento educacional, após o período de internação, à criança e adolescente internado para tratamento de saúde por tempo prolongado.

6. (2021)

A habilitação de pretendentes à adoção traz como peculiaridade a

- (A) obediência ao critério de ordem por faixa etária dos pretendentes e da criança a ser adotada, após deferido o pedido de habilitação.
- (B) faculdade de os postulantes participarem de programas de orientação e preparação psicológica oferecidos pela Justiça da Infância.
- (C) impossibilidade de recusa de crianças que preencham o perfil desejado, assim que estiverem habilitados.
- (D) obrigatoriedade de haver contato com crianças e adolescentes acolhidos em condição de serem adotados, antes da habilitação.
- (E) ausência de parte contrária, podendo ser iniciada por pedido dos interessados sem a obrigatoriedade de assistência por advogado.

7. (2025)

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar

e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No que diz respeito ao direito à educação, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente vaga no ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (B) Os pais ou responsáveis de crianças e adolescentes têm direito de ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- (C) O ensino noturno é atualmente vedado para estudantes menores de 18 (dezoito) anos.
- (D) A Lei nº 8.069/1990 expressamente prevê que a criança e o adolescente têm direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- (E) Incumbe ao Poder Público o atendimento no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

8. (2025)

O § 3º do art. 54 da Lei Federal nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*) estabelece que “compete ao poder público _____ no Ensino Fundamental, _____ e _____”. Assinale a alternativa que preenche, **correta** e respectivamente, as lacunas do texto citado.

- (A) avaliar os educandos ... contratar os professores ... garantir os programas suplementares
- (B) matricular os alunos ... equipar a escola ... informar pai e mãe sobre a frequência e rendimento dos alunos
- (C) censurar os educandos ... fazer-lhes a chamada ... zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola
- (D) fornecer auxílio psicológico a professores e alunos ... denunciar maus-tratos às crianças ... elaborar e executar sua proposta pedagógica
- (E) assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula mínimos ... combater o bullying nas instituições escolares ... velar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

